



Vulnerabilidade Educacional e Vulnerabilidade Acadêmica: aspectos conceituais e empíricos

Educational Vulnerability and Academic Vulnerability: conceptual and empirical aspects

Juliana Palavezzini¹

orcid.org/0000-0002-5242-8047
julianapalavezzini@gmail.com

Jolinda de Moraes Alves²

orcid.org/0000-0002-7384-8921
jolinda@uel.com.br

Recebido em: 6/3/2020.

Aprovado em: 5/10/2020.

Publicado em: 23/12/2020.

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir o conceito de vulnerabilidade aplicado ao âmbito educacional, especialmente, ao ensino superior. Trata-se de um estudo fundamentado na revisão bibliográfica e análise crítica. O objetivo é possibilitar alternativas politizadoras à sua acepção, compreendendo as diferentes definições conceituais, o sentido predominante e limitador propiciado ao conceito, o qual é incorporado pelas políticas sociais. O debate sobre a vulnerabilidade, em âmbito acadêmico, revela problemáticas específicas e inter-relacionadas em relação ao acesso, permanência/evasão e conclusão do ensino superior. O aporte teórico fundamental oferece consistência às propostas e possibilidades interventivas, a partir de metodologias específicas.

Palavras-chave: Vulnerabilidade social. Vulnerabilidade educacional. Vulnerabilidade acadêmica.

Abstract: This article aims to discuss the concept of vulnerability applied to the educational field, especially higher education. This is a study based on bibliographic review and critical analysis. Despite the different definitions, the objective is to provide politicizing alternatives in their sense/ use, understanding the predominant and limiting meaning given to the concept, which is incorporated by social policies. The academic debate on vulnerability reveals specific and interrelated issues such as access, permanence and completion of higher education. The fundamental theoretical contribution and gives consistency to the proposals and intervention possibilities based on specific methodologies.

Keywords: Social vulnerability. Educational vulnerability. Academic vulnerability.

Introdução

Este artigo é um recorte de uma tese de doutoramento e tem como objetivo problematizar a utilização do termo vulnerabilidade, aplicado ao campo educacional. Com base no fundamento teórico da vulnerabilidade social, traçamos alguns paralelos, no sentido de situar esse fenômeno no âmbito educacional e acadêmico.

Nos últimos anos, as concepções teóricas sobre pobreza³ passaram por um processo de revisão e as concepções analíticas sobre vulnerabilidade social tomam corpo. A temática é caracterizada pela complexidade conceitual, tendo em vista as diferentes concepções, vertentes e enfoques que a sustentam.

O termo vulnerabilidade tem sido utilizado por diversos campos do saber. O debate, geralmente, é associado a diferentes contextos históricos e sociais e, sobretudo, às diversas áreas do conhecimento. O conceito



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Dois Vizinhos, PR, Brasil.

² Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, PR, Brasil.

³ Foi na década de 1990 que emergiu, com mais intensidade, o debate sobre vulnerabilidade, a partir da revisão teórica da matriz analítica e conceitual da pobreza, de modo que o conceito de pobreza é fundamental ao debate da vulnerabilidade.

vem sendo discutido, questionado, aprimorado e utilizado em diversas áreas: econômica, ambiental, saúde, educação, entre outras. Sua utilização adquire delimitações específicas, a depender da área e do objetivo com que é empregado.

A emergente temática da vulnerabilidade social tem sido cada vez mais difundida no campo das políticas sociais, de modo que a variação entre os termos, significados e fundamentações teóricas, atribuídas a esse fenômeno, impõe a este trabalho a tarefa de esclarecer o sentido que aqui lhe é propiciado. O objetivo é proporcionar, na medida do possível, alternativas politizadoras à sua aceção e utilização. O pressuposto é compreendê-la e analisá-la enquanto um produto das transformações societárias, fruto da construção social, que assume diferentes formatos de acordo com os condicionantes históricos, políticos, econômicos, culturais e sociais.

As diversas abordagens disciplinares e os vários significados atribuídos expressam a polissemia de um conceito complexo e não consensual. Ainda que a discussão sobre vulnerabilidade exponha limitações e divergências, decorrentes de imprecisões do campo conceitual, observam-se avanços no debate. A definição conceitual é relevante, pois, além de subsidiar a direção política das políticas sociais, fundamenta as possibilidades interventivas, uma vez que dependem de um método que oriente a implantação de medidas específicas.

O movimento de redefinição do fenômeno da pobreza (não raro, limitado à perspectiva de renda) e da desigualdade social, direcionado para uma concepção de vulnerabilidade (reafirme-se, não consensual e polissêmico), parece-nos ter mérito não apenas na produção de uma nova estrutura de significados (considerando a multidimensionalidade), mas, sobretudo, na ressignificação do potencial da dimensão interventiva, resgatando o papel protagonista do Estado, por intermédio dos direitos sociais e das políticas públicas. Nesse sentido, a expansão ou alargamento semântico do termo pressupõe uma perspectiva relacional que compreende a proximidade teórico-prática.

Iniciamos este artigo com uma breve, porém, importante, discussão conceitual sobre vulne-

rabilidade social. Em seguida, apresentamos uma concepção de vulnerabilidade educacional, dirigindo-a ao ensino superior, além de apontar sua relação com problemáticas centrais, como acesso, permanência e conclusão nesse nível educacional. Destacamos a importância da definição teórica e sua relação com a dimensão teórico-política, a qual orienta a direção empírica, implicando direta e indiretamente nas possibilidades interventivas, a partir da dimensão técnico-instrumental-operativa. Algumas breves notas concluem, por força de metodologia, este artigo.

1 Vulnerabilidade Social – diferentes concepções teóricas

A conjuntura que se desenhou em nível mundial, a partir da década de 1970, período em que o capitalismo, sob o padrão fordista-taylorista, mostrou seu esgotamento, reorientou o papel dos Estados nacionais e redimensionou as relações de trabalho, em meio ao aumento do desemprego e do empobrecimento generalizado da classe trabalhadora. Conforme o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) (2007), no contexto das intensas transformações no padrão de regulação do mercado de trabalho, que afetou países desenvolvidos e em desenvolvimento, observou-se o aumento da informalidade, do subemprego, as baixas remunerações salariais, a instabilidade dos vínculos de emprego e de remuneração, a crescente redução de direitos sociais e trabalhistas, a crescente precarização das condições de trabalho etc.

Nessa conjuntura, emergiram estudos que buscaram caracterizar essas situações de precarização e esvaziamento das relações de trabalho, por meio da revisão conceitual da matriz teórica da pobreza, desigualdade social e do desenvolvimento do conceito de vulnerabilidade social.

As concepções e os arranjos teóricos sobre pobreza, vulnerabilidade social e desigualdade social indicam que são fenômenos distintos, contudo, articulados, pois todos têm origem no modo de organização social, no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas.

Entre as distintas perspectivas sobre vulnerabilidade social, destacaram-se importantes nomes,⁴ como Robert Castel (1997), Mosar (1998), Katzman (1999), Sen (2010)⁵ e Netto (2007).

Para Castel (1997), a compreensão da vulnerabilidade está associada à compreensão de "risco social", designado pela compreensão de "desfiliação social", a qual se expressa pela situação do trabalhador desprovido das proteções clássicas do mundo do trabalho⁶. Para o autor, a inserção dos indivíduos na estrutura social se faz por meio de dois campos, simultaneamente: *o mundo do trabalho*, com seus riscos e proteções, e o da *inserção relacional*, ou seja, as relações de proximidade, representadas pelas relações familiares, de vizinhança e demais relações sociais, que proporcionariam ao indivíduo proteção e segurança.

A superação dessa condição exige "uma responsabilidade pública global" e mudanças na forma de atuação do Estado. O referido autor aponta para a responsabilidade pública, na elaboração de um programa prático "visando mobilizar *as capacidades do sujeito* para sair de sua situação de excluído" (CASTEL, 1997, p. 36, grifo nosso). O Estado deve promover um nível de proteção social para garantir a *coesão social*. O enfoque ofertado indica que a saída estaria em recuperar o trabalho assalariado e os sistemas de proteção, forma de garantir a cidadania, pela via do fortalecimento do Estado como mediador na redistribuição dos recursos. A compreensão de que o Estado deve elaborar um programa prático, que mobilize as *capacidades do sujeito* para sair de sua situação de excluído, reforça, em certa medida, a compreensão individualizante que oculta as condições estruturais do desenvolvimento da totalidade das relações sociais.

Dentro do quadro teórico complexo e polis-

sêmico dos estudos da vulnerabilidade social, destacam-se, ainda, os estudos de Amartya Sen (2010), o que aponta a necessidade de pensar o desenvolvimento para além do crescimento econômico, incorporando as dimensões humanas a indicadores de desenvolvimento dos países, num esforço de estender a compreensão desse fenômeno (o desenvolvimento) para além da dimensão da insuficiência de renda.

A perspectiva da pobreza como privação de capacidades não envolve nenhuma negação da ideia sensata de que a baixa renda é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidades de uma pessoa. Uma renda inadequada é, com efeito uma condição predisponente de uma vida pobre (SEN, 2010, p. 120).

A análise de Sen concentra-se no que pessoas/ indivíduos são capazes de fazer com determinados bens e atributos, ou seja, aquilo que conseguem realizar ou não. De acordo com o economista, os indivíduos devem funcionar ou ter um conjunto de capacidades que envolvem 'ser' e 'fazer' e não somente 'ter' (renda). Com base nas políticas públicas, se oferece às pessoas a liberdade para desenvolverem as suas capacidades, o que se torna uma ação imprescindível para o desenvolvimento. De acordo com o autor, não se pode pensar em desenvolvimento sem pensar em oportunizar às pessoas o acesso à educação, à saúde, ao trabalho, que devem ser realizadas a partir de políticas públicas. Entendemos que o risco, ao vincular a pobreza como privação de capacidades, sob a perspectiva das escolhas e desenvolvimento de atributos individuais, é de que o foco migra da leitura das contradições na relação capital *versus* trabalho para a dimensão desenvolvimento de determinadas atitudes, comportamentos e habilidades.

⁴ Cabe lembrar que suas obras e seus estudos são densos e ricos, impossíveis de serem sintetizados nos limites deste artigo, sob pena de superficialidade. Contudo, por força metodológica, arriscamo-nos a trazer ao debate a ideia do que consideramos central de cada autor, com intuito único de apontar as diferentes concepções que perpassam a temática da vulnerabilidade. Assim, convocamos o leitor interessado a aprofundar-se na leitura das obras dos referidos autores.

⁵ Ainda que alguns autores, como Sen e Netto, não utilizem conceitualmente o termo vulnerabilidade social, seus estudos foram citados pela contribuição à problemática em sentido mais ampliado, considerando os conceitos de pobreza, desigualdade social e desenvolvimento humano.

⁶ O conceito de "desfiliação social", que Castel contrapõe ao conceito de "exclusão", é fundamental em toda a sua obra. O fenômeno da desfiliação social significa, grosso modo, a desfiliação de uma condição de seguridade ligada ao trabalho, em contraste com o que se convencionou chamar de bem-estar social (*welfare*), nos anos dourados do capitalismo europeu do século XX. O conceito de desfiliação, apresentado por Castel, representa a conjunção da perda do trabalho e o isolamento relacional, demonstrando a tendência ao enfraquecimento ou à ruptura dos laços sociais que ligam o indivíduo à sociedade. Ele permite a compreensão de uma "zona de vulnerabilidade" mundial, crescente no capitalismo contemporâneo.

Outra fundamentação da categoria vulnerabilidade é observada nos textos produzidos no âmbito do Banco Mundial, a partir do final dos anos 1990, protagonizados por Ana Carolina Moser (1998). A concepção de vulnerabilidade da autora é baseada na definição de 'ativos'. A obra da autora visava subsidiar políticas de redução da pobreza, preconizadas pelo Banco Mundial, de maneira que fossem sustentáveis em nível local e que: "fortalecessem as soluções inventivas das próprias pessoas" e que buscassem "identificar o que as pessoas pobres têm ao invés do que elas não têm, e assim focar em seus ativos" (MOSER, 1998, p. 1). Em 1990, o Banco Mundial desenvolveu uma estratégia de redução da pobreza, baseada em três elementos:

Primeiro, crescimento econômico, usando ativamente a força de trabalho dos pobres como seu ativo mais importante; segundo, investimentos em saúde e educação básicas (capital humano) para habilitar os pobres a usar sua força de trabalho produtivamente; e terceiro, a provisão de *redes de segurança social para proteger os grupos vulneráveis e os muito pobres* (MOSER, 1998, p. 22, grifo nosso).

Nessa perspectiva, a estrutura de 'ativos' busca identificar as capacidades das populações pobres de usar os próprios recursos para reduzir sua vulnerabilidade. A autora desenvolve uma relação entre vulnerabilidade e a posse de ativos, os quais influenciariam a resiliência, a capacidade de resposta, a exploração de oportunidades e a recuperação dos efeitos negativos de um ambiente em mudança. Em síntese, quanto mais ativos as pessoas tiverem, menos vulneráveis elas serão.

Conforme Moser, qualquer definição de vulnerabilidade requer a identificação de duas dimensões: a sensibilidade, ou seja, a magnitude da capacidade de resposta de um sistema para um evento externo, e resiliência, entendida como a facilidade e a rapidez de recuperação de um sistema de tensão. Grosso modo, essa abordagem também destaca o caráter individualizante. Cabe ressaltar que a concepção das "potencialidades" ou dos "ativos" tem como principal limite a não explicitação de que os 'ativos' não resultam somente de características individuais, mas en-

volve acesso a condições objetivas de vida, o que depende diretamente do modelo econômico vigente e das estruturas sociais.

As ideias de Moser (1998) avançaram, passaram por desdobramentos nos estudos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e a concepção de vulnerabilidade social foi revisitada pelo uruguaio Rubén Kaztman (1999/2005). O autor destaca que vulnerabilidade não é o mesmo que pobreza, mas a inclui. A pobreza faz referência a uma situação efetiva de carência, enquanto a vulnerabilidade transcende essa condição, projetando ao futuro essa possibilidade, a partir de certas debilidades constatadas no presente.

Para Kaztman (1999), a concepção de vulnerabilidade remete à capacidade dos indivíduos, grupos e comunidades controlarem as forças que modelam seu destino, contrabalanceando os efeitos sobre seu bem-estar. Sua concepção fundamenta-se nos determinantes dessas situações, que são evidenciadas como resultado de uma capacidade/defasagem entre o acesso à estrutura de oportunidades dispostas pelo mercado, Estado, sociedade civil e os ativos (os capitais) que permitiriam aproveitar tais oportunidades.

As situações de vulnerabilidade de um indivíduo, família ou grupos sociais passam a ser analisadas com base na "disponibilidade ou não, de ativos disponíveis para o aproveitamento das oportunidades propiciadas pelo Estado, mercado ou sociedade" (KAZTMAN, 1999, p. 9). O mercado, o Estado e a sociedade apresentam-se como estruturas fundamentais ao oferecimento de oportunidades para que indivíduos, famílias e comunidades possam aproveitar os seus ativos, de maneira que consigam utilizá-los, a fim de enfrentar as ameaças ao seu bem-estar, sendo que o mercado exerce um crescente domínio sobre as outras instituições.

As três instituições básicas da ordem social, o mercado, o Estado e a sociedade são fontes de oportunidades de acesso ao bem-estar. Mas o mercado exerce um crescente domínio sobre o modo de operação das outras duas ordens institucionais (KAZTMAN, 1999, p. 21, tradução nossa).⁷

⁷ Do original: KAZTMAN, Rubén (Coord.). *Activos y estructura de oportunidades: estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay*. Uruguay: PNUD- Uruguay e CEPAL-Oficina de Montevideo, 1999b. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/28651>. Acesso em: 17 set. 2017

Para Kaztman (1999), a manifestação da vulnerabilidade social acontece em dois planos: estrutural e subjetivo. No plano estrutural, está associada às questões mais objetivas, baseadas no contexto mais amplo e na integração (ou não) com as oportunidades, proporcionadas pelo Estado, mercado e pela sociedade. No plano subjetivo, manifesta-se pelo desenvolvimento de características básicas dos indivíduos, grupos ou comunidades; sentimentos de limitações, insegurança, de não-pertencimento a determinado grupo e de fragilidade dos atores.

Essa concepção de vulnerabilidade social requer uma articulação de pressupostos objetivos e subjetivos (ou internos e externos) como condicionantes. Um conjunto de recursos internos e externos são necessários para o enfrentamento da questão. Esses recursos internos são constituídos por meio do que Kaztman (1999) define como ativos. Os ativos dizem respeito a um subconjunto de recursos materiais ou simbólicos. Essas estruturas de oportunidades definem-se como probabilidades de acesso a bens e serviços ou desempenho de atividades, que incidirão sobre o bem-estar de domicílios, por permitir ou facilitar aos seus membros o uso de seus próprios recursos, ou por fornecer recursos novos.

Estruturas de oportunidades são definidas como probabilidades de acesso a bens, serviços ou o desempenho de atividades. Essas oportunidades afetam o bem-estar dos domicílios, seja porque permitem ou facilitam o uso de seus próprios recursos pelos membros da família ou porque lhes proporcionam novos recursos (KAZTMAN, 1999, p. 21, tradução nossa).

O autor afirma que a situação de vulnerabilidade não depende somente de sua capacidade de gerenciamento de ativos, admitindo que essa condição sofre influência do contexto histórico, econômico e social. Contudo, o foco na questão da mobilização e utilização de "ativos" transfere a responsabilidade da situação de risco ou vulnerabilidade ao próprio indivíduo, que não consegue acessar o conjunto de recursos que lhe são disponibilizados. Mesmo no plano que Kaztman chama de estrutural, a questão central está no indivíduo, de se integrar ou não às oportunidades e fortalecimento da capacidade de

resistência para aproveitar seus ativos.

Apesar de não haver uma 'filiação integral' às ideias de nenhum dos autores supracitados, a concepção de vulnerabilidade social que nos orienta é baseada em alguns de seus pressupostos. Em que pese diferenças nos conceitos e acepções apresentadas, um elemento predominante e inexato é a tendência de atribuir aos indivíduos e suas famílias a capacidade/responsabilidade de respostas e enfrentamento das situações vivenciadas. Direcionar a análise e o conceito, seja de pobreza, desigualdade social, ou vulnerabilidade social, com foco no indivíduo (suas capacidades, ativos, ou mesmo possibilidades de acesso a bens e serviços), subjugando e relegando ao plano secundário as questões estruturais de desenvolvimento do sistema, ocultam as reais determinações do fenômeno. Essas abordagens corroboram, em grande medida, as expressões de uma agenda, que inclui o enxugamento do Estado, e promovem uma racionalidade econômica às políticas sociais.

Isto posto, entendemos vulnerabilidade social como fenômenos sociais que possuem causas estruturais e são a síntese de todas as contradições de uma sociedade. O debate da vulnerabilidade social deve ser fundamentado, considerando a dinâmica da sociedade moderna, tendo em vista que, dada sua fase de desenvolvimento econômico, organizacional e tecnológico, expressa desigualdades em diversos âmbitos da vida humana.

O foco da concepção de vulnerabilidade, que tem o indivíduo, seu déficit de capacidade de autodefesa, adaptação às estruturas e possibilidades ofertadas, não nos parece apropriado, pois desconsidera a questão processual e estrutural que determina a vulnerabilidade. Contudo, não significa compreender que os indivíduos sejam indiferentes nesse processo. Reconhecer que há uma interação dinâmica entre fatores individuais e socioinstitucionais é importante. Destaca-se o fato de que as relações sociais são contraditórias e, uma vez que essas relações não são 'espaços horizontais', as classes sociais (e frações de classes) possuem capacidades assimétricas de influência e de disputa. Nesse sentido:

Os padrões de desigualdade e de pobreza "não são meras determinações econômicas: relacionam-se, através de mediações extremamente complexas, a determinações de natureza político-cultural"; o que se expressa por meio dos diferentes padrões de desigualdade e de pobreza vigentes nas várias formações econômico-sociais capitalistas (NETTO, 2007, p. 142).

As manifestações da vulnerabilidade social assumem características particulares na cena contemporânea, seja pela magnitude que adquirem – situações que antes não eram socialmente reconhecidas como significativas –, seja pelo grau/nível de influência ao desenvolvimento das condições de vida. Essas manifestações se expressam em diferentes áreas, âmbitos e setores da vida humana (renda, saúde, transporte, meio ambiente etc.). Ou seja, a caracterização da vulnerabilidade social não se reduz a aspectos socioeconômicos e implica considerar problemáticas multidimensionais. Reiteramos que essa multidimensionalidade pressupõe uma condição elementar para compreendê-las. Consiste precisamente em partir do fundamento dimensões constitutivas das relações econômicas vigentes – em que os aspectos sociais, políticos e culturais se inter-relacionam constantemente. Quando esse fundamento é ignorado ou mesmo inferiorizado, o resultado é a naturalização, além da individualização do fenômeno e das formas de enfrentamento.

Compreendemos que um dos maiores méritos das diferentes abordagens conceituais da vulnerabilidade social é trazer à tona a concepção das diferentes formas e características que assumem no contexto atual, considerando a interdependência de todos os subconjuntos da vida humana, ou seja, possibilita lançar luzes sobre o caráter multidimensional do fenômeno.

A essa compreensão, soma-se um dilema: se, por um lado, os mecanismos estruturais da produção e reprodução da vulnerabilidade continuam operando, enquanto essa forma de sociabilidade não mudar, por outro lado, o seu grau e nível de influência podem ser amenizados, compensados e minimizados. É um processo demasiadamente complexo e relacional; nesse sentido, corroboramos a assertiva de Netto: "O que o que pode variar, dentro da sociedade capitalista, são os

níveis e padrões de pobreza e desigualdade, e esta variação não deve ser subestimada quando estão em jogo questões que afetam a vida de bilhões de seres humanos" (NETTO, 2007, p. 159).

Diante disso, a concepção de vulnerabilidade apresenta uma diferença entre suas principais perspectivas: enquanto uma atribuiu ao indivíduo a responsabilidade pelo enfrentamento e adequação da situação, a outra considera as relações sociais e econômicas como origem do fenômeno, sustentando a efetivação dos direitos sociais e sua máxima ampliação possível, além de reconhecer os limites estruturais dessa sociabilidade. Desse modo, tanto pode ser utilizada numa lógica conservadora reatualizada, reforçando processos de individualização e subalternização - desresponsabilizando o papel protagonista do Estado -, como pode se efetivar numa perspectiva de efetivação dos direitos sociais.

2 Vulnerabilidade educacional e acadêmica, aspectos conceituais

Partindo da concepção teórica de vulnerabilidade social, traçamos alguns paralelos com a política de educação, sobretudo, no que tange ao ensino superior. No que se refere à vulnerabilidade em âmbito educacional, ainda são incipientes as pesquisas que promovem essa relação. Uma área que carece de pesquisas, estudos e análises mais aprofundadas, considerada sua relevância social.

Amiúde, é importante frisar que vulnerabilidade, neste artigo, é entendida enquanto produto das transformações societárias, fruto do modo de organização social, e que assume diferentes formatos, de acordo com os condicionantes históricos, políticos, econômicos, culturais e sociais. A vulnerabilidade está associada a um quadro de necessidades objetivas e subjetivas, a partir de diversos âmbitos inter-relacionados da vida humana. Expressa, desse modo, uma categoria multidimensional, não se definindo unicamente pela ausência de renda/pecúnia, mas pela carência de recursos materiais, econômicos, relacionais e sociais/estruturais, sobretudo, na efetivação de direitos sociais. As distintas perspectivas sobre vulnerabilidade social e que fundamentam a

discussão sobre vulnerabilidade acadêmica, a despeito de suas limitações, já assinaladas, nos norteiam para alguns apontamentos, visando alternativas politizadoras à sua utilização.

O arranjo teórico apresentado evidencia que a vulnerabilidade está associada a um quadro de necessidades objetivas e subjetivas, considerando as dificuldades materiais e relacionais que interferem direta ou indiretamente nas condições de vida dos indivíduos, famílias e/ou grupos sociais. Nesse sentido, resgatamos importantes contribuições de: a) Castel (1997), o qual indica a responsabilidade pública, em que o Estado deve promover um nível de proteção social, visando à promoção das capacidades do sujeito; b) Para Sen (2010), pensar o desenvolvimento humano requer pensar as oportunidades às pessoas, o acesso à educação, à saúde, ao trabalho, que devem ser realizadas a partir de políticas públicas; c) Mozer (1998) incita à reflexão sobre a exposição aos riscos, falta ou escassez de ativos (entendidos como condições objetivas, renda, emprego, moradia, saúde etc.) e sua relação com o enfrentamento das situações de vulnerabilidade; d) Kaztman (1999) entende que, quanto mais recursos disponíveis, menos situações de vulnerabilidade. O autor indica o papel protagonista das principais instituições sociais (o mercado, o Estado e a sociedade) como estruturas fundamentais ao oferecimento de oportunidades para indivíduos, famílias e comunidades. Complementando essas concepções, Netto (2007) ressalta a importância (mesmo que limitada) das possibilidades interventivas à variação dos níveis e padrões de vulnerabilidade, pobreza e desigualdade social. Essa variação é absolutamente significativa quando o que está em jogo são as condições de vida da humanidade. Na cena contemporânea, as possibilidades interventivas se materializam especialmente na implementação dos direitos sociais.

Situar o debate da vulnerabilidade no *âmbito educacional* requer compreender os diferentes contextos e conjunturas, considerando as políticas educacionais implementadas, pois nelas é que a vulnerabilidade se expressa. As circunstâncias, nas quais se manifestam a vulnerabilidade

educacional, decorrem de fatores endógenos e exógenos à política educacional, mas, sobretudo, de fatores estruturais e do papel do Estado na efetivação dos direitos sociais, das políticas públicas (entre elas, a política educacional). Portanto, os aspectos fundamentais na definição e análise da vulnerabilidade educacional são, também, os determinantes sócio, históricos, econômicos, políticos e culturais das políticas educacionais.

Entendemos que, *no âmbito educacional*, a vulnerabilidade está relacionada à ausência de condições de acesso e permanência, visando à conclusão dos diferentes níveis educacionais, no espaço das instituições educacionais. Isto posto, infere-se que o conceito de vulnerabilidade educacional implica a delimitação, no âmbito das instituições de ensino, e pode ser utilizado nas situações em que os direitos e necessidades educacionais não são plenamente atendidos. A estrutura e dinâmica da política educacional são fundamentais para compreender o maior ou menor grau de incidência da vulnerabilidade nessa área.

Delineando ainda mais sua caracterização conceitual, consideramos que a *vulnerabilidade acadêmica* é aquela que se constitui, tendo em vista as particularidades específicas da vida acadêmica e do ensino superior: abrange os indivíduos, as famílias e os grupos sociais, com dificuldades e limitações tanto para acessar quanto para permanecer e concluir esse nível educacional. A vulnerabilidade educacional, em âmbito acadêmico, considera uma gama de fatores que dificultam, restringem ou impedem o acesso, a permanência e a conclusão dos cursos no âmbito das instituições de ensino superior. Outrossim, é necessário considerá-la como um fenômeno multidimensional e complexo, a partir das particularidades e especificidades próprias da vida acadêmica. Em síntese, compreendemos que a vulnerabilidade acadêmica não se reduz à insuficiência de renda, pressupondo um caráter e elementos multidimensionais, mas evidencia limitações em diversos âmbitos (saúde, habitação, transporte, desempenho acadêmico, relações interpessoais e institucionais, entre outros), os quais influenciam de diferentes maneiras e intensidades a vida acadêmica.

As dificuldades e obstáculos do tripé acesso/permanência/conclusão do ensino superior decorrem de uma multiplicidade de fatores, a partir de condições estruturais, objetivas e subjetivas. É fundamental para a compreensão da vulnerabilidade, em âmbito acadêmico, pressupor e considerar que há uma interação dinâmica entre esses fatores.

Observando as questões estruturais e o papel do Estado, é importante perceber as principais características do ensino superior brasileiro, quais sejam: a baixa cobertura, a diversificação institucional e a tendência privatista, a qual reforça, em grande medida, o atendimento e subordinação aos interesses do capital e das classes dominantes, estando o ensino superior orientado essencialmente para qualificação profissional. As políticas, projetos, ações e medidas para esse nível educacional têm sido frequentemente balizadas pelas determinações dos organismos internacionais, visando à formação do trabalhador.

Considerando que, no Brasil, o ensino superior foi historicamente elitizado, no que se refere ao acesso, é primordial observar a necessidade da oferta de instituições, vagas, sua adequada e equitativa distribuição em todos os cursos (licenciaturas, bacharelados e cursos considerados de 'maior prestígio social'), em todas as regiões do país e oferta nos diferentes turnos (facilitando a entrada também aos trabalhadores); adequação na relação demanda/oferta, bem como a conformidade da idade/nível educacional, a ponto de atender às demandas de todas as faixas etárias da população brasileira; é fundamental, ainda, consonância e revitalização constantes das estruturas físicas e de pessoal das instituições, capacitação e qualificação permanente do corpo docente e servidores técnico-administrativos etc. Ademais, nas condições de acesso, é fundamental considerar a implementação de políticas, a exemplo do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Sistema de Seleção Unificada (SISU) e a Lei de Cotas, as quais modificaram as formas de ingresso nas IFES (Instituições federais de ensino superior (IFES)).

No Brasil, a tendência privatista levou a um descompasso entre a oferta e a demanda pelo ensino superior, sobretudo, via rede pública. A

limitação na oferta do ensino superior, via rede pública, pode aumentar o grau de vulnerabilidade, acima de tudo, da classe trabalhadora e de alguns segmentos sociais específicos (pobres, pretos, índios, pessoas com deficiência, população rural etc.). Tendo em vista os índices desiguais de acesso e conclusão ao ensino superior e, por também, historicamente, não lhes serem asseguradas condições de igualdade ao acesso a bens, recursos e serviços educacionais, é que as políticas afirmativas, como as reservas de vagas e os programas de assistência estudantil, se mostram fundamentais ao processo de permanência, desempenho acadêmico e conclusão de curso.

No que se refere às condições de permanência, é preciso considerar a complexidade do fenômeno. Dentre as principais funções do Estado, destaca-se que, mais do que diversificar o acesso, é preciso criar condições que auxiliem a permanência; desenvolver ações com vistas a evitar que, após o ingresso, especialmente os que pertencem à classe trabalhadora, venham a desistir, frente à dificuldade de permanência. Essas políticas anseiam, portanto, minimizar o fosso social, oferecendo oportunidades, a fim de compensar as desigualdades decorrentes do processo histórico de perdas econômicas.

Permanência e evasão são elementos indissociáveis, apesar de distintos. Grosso modo, a evasão pode ser caracterizada por três modalidades, considerando suas dimensões concretas: evasão de curso, evasão da instituição e evasão do sistema de ensino superior. A evasão do curso é quando o estudante continua na instituição e troca ou tranca um determinado curso por algum motivo; a evasão da instituição é quando o estudante sai de uma determinada instituição, por variados motivos; saída do sistema é quando o estudante desiste totalmente dos estudos. Há necessidade, ainda, de se delimitar as diferenças entre evasão e retenção; apesar de ambos estarem diretamente relacionados à questão da permanência, são fenômenos que guardam particularidades entre si. A retenção está diretamente associada ao tempo que o acadêmico leva para concluir o curso, ou seja, de permanência nos cursos para além do

tempo máximo de integralização curricular. Tanto a evasão quanto a retenção acadêmica possuem efeitos danosos, que passam pelo desperdício de recurso público, indo além, restringindo a participação de determinados segmentos populacionais ao ensino superior público.

Como fatores objetivos que podem caracterizar e incidir de formas e intensidades diferentes na manifestação da vulnerabilidade, destacam-se os seguintes: condições de alimentação, adequação ao domicílio, saúde, transporte, acesso a material didático pedagógico (inclusive, os meios digitais), disponibilidade de tempo para os estudos, a necessidade ou não de conciliar trabalho e universidade, a precária inserção do mercado do trabalho etc.

As condições socioeconômicas são fundamentais para manutenção das diversas esferas da vida humana (alimentação, moradia, saúde, transporte etc.). Nesse sentido, a renda é um dos fatores principais (não o único) para a promoção da permanência no ensino superior. Se, por um lado, os fenômenos da permanência/evasão não podem ser atribuídos unicamente às questões econômicas, por outro, são incontestavelmente necessários. Nesse sentido, corrobora-se que a condição de renda é uma das principais características que a definem, posto que é desencadeadora de outras dimensões das necessidades humanas.

A permanência, com vistas à conclusão de curso, tradicionalmente associada à consolidação e ampliação das políticas de assistência estudantil (AE), exige uma compreensão ampliada de AE, que ultrapassa a oferta de bolsas (pecúnia) para alunos com condições econômicas desfavoráveis. Envolve investimentos financeiros, recursos humanos, estruturais e meios para o desenvolvimento das práticas educativas e pedagógicas, bem como considerar a multiplicidade de fatores que se relacionam à vida acadêmica.

Não obstante a renda se configure como elemento fundamental para a identificação das expressões da vulnerabilidade educacional, outros fenômenos, como as relações sociais, materiais, culturais e afetivas, mais amplas (contexto da família, da comunidade), precisam ser consideradas

para situar e caracterizar a existência e incidência desse fenômeno. Amiúde, quando se trata de vulnerabilidade, em âmbito acadêmico, tem-se claro que não se relaciona, simples e exclusivamente, à insuficiência de renda, já que é possível estar vulnerável em muitas situações, em que a renda não seja o principal obstáculo, tendo em vista que há várias formas de perda de vínculos sociais, afetivos, relacionais e de pertencimento.

As relações familiares mostram-se como forte elemento tanto na caracterização da vulnerabilidade acadêmica como nas possibilidades de enfrentamento. No âmbito do ensino superior, geralmente, é a instituição provedora e mantenedora de recursos afetivos e materiais necessários à satisfação das necessidades básicas dos estudantes. Nesse sentido, as condições de vida da família incidem sobre fatores que podem dificultar ou promover o acesso e a permanência. Nos casos em que os acadêmicos têm o apoio material e afetivo das famílias, as possibilidades de conclusão de curso são maiores. Em contrapartida, quando as famílias não apoiam, sobretudo, financeiramente os acadêmicos, o que se percebe são as tentativas de inserção, concomitantemente aos estudos no mercado de trabalho, não raro, em relações informais, com salários mais baixos, condições de trabalho mais flexíveis, menos seguras e mais precárias.

Ainda no rol das condições objetivas necessárias ao desenvolvimento da vida acadêmica, situamos as relações afetivas, as de gênero, étnico-raciais, os diferentes tipos de violência (física, psicológica, sexual), as discriminações assentadas em categorias (raça, gênero, etnia, religião) e condicionadas, constituídas e fundamentadas no padrão das relações econômicas e sociais vigentes. Violências, preconceitos e violações de direitos, vivenciados na família e sociedade, mas, sobretudo, no âmbito das instituições, têm impacto direto e indireto na vida acadêmica.

Nessa linha argumentativa, requer ampliar a concepção de vulnerabilidade acadêmica, a partir das relações sociais que podem se constituir em barreiras para alguns indivíduos, grupos e segmentos políticos, na vivência de preconceitos

étnico-raciais, de gênero, de diversidade sexual, de bullying, das diversas expressões e tipos de violência, isto é, as diversas violações de direito. É preciso considerar os acadêmicos, que tenham sua condição de permanência influenciada negativamente, seja pela insuficiência de recursos financeiros ou pelas demais situações e circunstâncias afetas à vida acadêmica: com perda ou fragilidade de vínculos afetivos, identidades estigmatizadas, preconceitos e violências, uso abusivo de substâncias psicoativas e neurodepressoras.

Existem, ainda, situações e fenômenos de ordem subjetiva individual/familiar que também exercem influência na vida acadêmica e na incidência da vulnerabilidade acadêmica. Em relação aos fatores pessoais, os que mais influenciam são: a ambientação ou não ao universo da vida acadêmica; a identificação e satisfação com o curso e a IES escolhida; o sentimento de pertencimento acadêmico, as relações interpessoais com os servidores e demais acadêmicos, condições de saúde que permitam o desenvolvimento das atividades intelectuais e acadêmicas; relacionamentos interpessoais e familiares; questões religiosas e culturais; fatores psicológicos; uso abusivo de substâncias psicoativas e neurodepressoras; desempenho acadêmico; dificuldades de aprendizagem; entre outros.

Na identificação e no enfrentamento da vulnerabilidade acadêmica, é essencial afirmar que as diferentes dimensões e os diversos fatores, que motivam as vulnerabilidades distintas, podem se combinar, multiplicando seus efeitos.

Diante disso, podemos identificar como vulneráveis, em âmbito acadêmico, aqueles com dificuldades socioeconômicas para acesso, permanência e conclusão; aqueles que carregam as marcas de um ensino fundamental deficitário; aqueles precocemente inseridos no mercado de trabalho, que dispõem de menos tempo e condições físicas/pedagógicas/intelectuais para desenvolvimento das atividades acadêmicas; aqueles cujas condições objetivas de transporte, moradia, saúde, alimentação, desempenho acadêmico, racismo, preconceitos e violências, etc., interferem no pleno desenvolvimento da vida

acadêmica, aumentando os riscos de evasão, além de ameaçar sua permanência e torná-los vulneráveis em relação a esse nível educacional.

Isto posto, o debate da vulnerabilidade acadêmica deve considerar a mediação entre o acesso aos direitos sociais (entre eles, o direito à educação), mediante uma rede de serviços e políticas públicas, devidamente adequadas às demandas. Desse modo, o enfrentamento da vulnerabilidade em âmbito acadêmico perpassa necessariamente por questões estruturais, objetivas e subjetivas.

A compreensão da dimensão multifatorial da vulnerabilidade acadêmica implica ações desenvolvidas em diversas áreas (moradia, alimentação, transporte, saúde, apoio pedagógico, inclusão digital, relacionamentos interpessoais etc.) e pressupõe a compreensão de que a elegibilidade, especialmente via renda, para ter acesso à assistência estudantil, deixa de fora estudantes com outras múltiplas dificuldades, que influenciam direta e indiretamente a vida acadêmica.

3 Vulnerabilidade social e acadêmica: aspectos empíricos

A ressignificação teórica de termos e fenômenos como pobreza, desigualdade social, vulnerabilidade social e, em última instância, vulnerabilidade educacional, impacta a efetivação das políticas sociais e dos direitos sociais. A questão que se coloca para a fundamentação teórica é que embasará as decisões políticas e as ações técnico-instrumentais. As tentativas/possibilidades de mensuração e enfrentamento da vulnerabilidade, em suas diversas dimensões, envolvem questões de natureza teórico-política e técnico-instrumental.

No cenário atual, a natureza teórico-política é determinada por processos econômicos e políticos, que conduzem a paradigmas ou formas individualistas de pensar a sociedade, provocando implicações para as políticas sociais. As políticas sociais, sob essa perspectiva, são concebidas como instrumentos para auxiliar a construção de habilidades dos indivíduos e "inserir-los" ao modelo de sociabilidade vigente. A atual agenda

de debate das políticas sociais, tendo a vulnerabilidade como mote central, segue em direção a um foco predominantemente individualista, a qual vem acompanhada de uma crescente atividade científica de caráter tecnocrático, que reduz os aspectos processuais e relacionais, encurtando a razão crítica e ampliando a da razão instrumental. Essa perspectiva segue a lógica perversa: o foco de análise é centrado no indivíduo, ocultando as bases estruturais de sua condição. É necessário fazer a crítica que reduz a responsabilidade aos sujeitos e não aos processos que os tornam vulneráveis, esvaziando a dimensão política.

No âmbito técnico instrumental, busca-se interpretar (considerando determinados limites) as expressões da vulnerabilidade, agindo e intervindo nesses fenômenos. Amiúde, é o aporte teórico que vai propiciar consistência a escolhas de metodologias, programas, projetos e ações de enfrentamento da problemática. A concepção e utilização semântica do termo contribuem para identificar intervenções combinadas e complementares, nos vários âmbitos e setores da vida, ou seja, as concepções teóricas e conceituais motivam e fundamentam os instrumentos de planejamento, bem como as formas de intervenção.

No atual contexto, no debate sobre vulnerabilidade social, ainda que partindo de concepções e perspectivas mais conservadoras, é primordial habilitar os conceitos e concepções para sua utilização crítica, evidenciando seu caráter estrutural, processual e multidimensional, além de estimular uma concepção e perspectiva mais progressista. Longe de estimular revisionismos, o que se pretende é destacar, para além dos seus limites, imprecisões e contradições de sentido às possibilidades dessa temática. Sendo assim, na discussão da vulnerabilidade (em todos os seus âmbitos), é fundamental considerar os aspectos processuais e relacionais (entendida como historicamente determinada).

Nessa concepção, evidenciam-se condições de vulnerabilidade associadas a um quadro de necessidades estruturais, objetivas e subjetivas, considerando as dificuldades materiais e relacionais que interferem direta ou indiretamente nas

condições de vida dos indivíduos, famílias e ou grupos sociais. É, portanto, um processo e não uma fase ou um estado do individual. O olhar para a integralidade dos sujeitos, em situação de vulnerabilidade, constata que esses sujeitos possuem demandas e necessidades de diversas ordens, conferindo, a essa concepção de vulnerabilidade, uma categoria que equaciona mais amplamente as condições objetivas da vida humana, além de admitir considerar múltiplos aspectos, os quais se relacionam e expressam numa série de fatores sociais, econômicos, de saúde, ambientais, psicológicos e antropológicos.

Estendendo a concepção de vulnerabilidade social ao campo educacional e acadêmico, entende-se que essa condição se caracteriza pela ausência de recursos estruturais, objetivos e subjetivos, que dificultam ou restringem as condições individuais/familiares no enfrentamento das situações de riscos e incerteza, as quais envolvem todo o processo da vida acadêmica, desde a oferta, o acesso, a permanência, até a conclusão no ensino superior. Isto posto, quando se fala em vulnerabilidade acadêmica, compreendemos que ela se manifesta na privação de condições: seja na ausência de renda; no precário ou inexistente acesso aos bens e serviços públicos (saúde, transporte, moradia etc.); no desempenho das atividades intelectuais; no sentimento de pertencimento acadêmico; na fragilização de vínculos afetivos, relacionais (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou desvantagem pessoal resultante de deficiências, dentre outras); na precariedade da relação oferta/demanda; na indisponibilidade de estruturas físicas (salas de aula, laboratórios, bibliotecas etc.). Destacam-se, ainda, questões referentes à manutenção de profissionais (professores e técnicos administrativos) e, ademais, notadamente, na promoção de práticas pedagógicas atualizadas, inovadoras e alternativas (metodologia, didática, teorias do conhecimento etc.).

Os estudos que investigam o campo teórico da vulnerabilidade em âmbito acadêmico são, como já afirmado, extremamente relevantes, de modo que não podem dispensar a utilização de

um método que considere as raízes estruturais do fenômeno. Contudo, deve-se avançar para além da sua fundamentação e caracterização, possibilitando meios e instrumentos interventivos à construção de possibilidades destinadas a combatê-la ou, em última instância, a minimizá-la. Nesse movimento, admitem-se conotações normativas por intermédio das políticas educacionais.

Destarte, sobre e contra a vulnerabilidade acadêmica, agem as políticas afirmativas (reserva de vagas, assistência estudantil). As políticas afirmativas inserem-se no conjunto de políticas públicas voltadas a garantir a igualdade material de oportunidades e compensar as desigualdades históricas enfrentadas por determinados grupos sociais e étnico-raciais; a política de reserva de vagas para segmentos sociais historicamente afastados desse nível educacional, visando diminuir as desigualdades de acesso no universo acadêmico. Da mesma forma, a assistência estudantil, com vistas a uma permanência qualificada, atua em diversas áreas (moradia, saúde, alimentação, apoio pedagógico, entre outros), de maneira que possui potencial para mitigar obstáculos de permanência, face ao objetivo de ampliar as oportunidades educacionais junto àqueles que têm maiores riscos e dificuldades de permanecer nesse nível educacional.

Isto posto, um impasse se coloca no cotidiano dos profissionais que operacionalizam essas políticas, sobretudo, a assistência estudantil. Não obstante às suas concepções teóricas mais progressistas de universalidade, primazia da responsabilidade estatal, abrangência em diversas áreas, etc., o que se coloca aos profissionais é uma "necessidade" de adequar recursos limitados a demandas significativamente superiores – o que aponta para o conjunto de decisões de natureza distributiva, para a necessidade dos processos seletivos. Os limites objetivos do orçamento e a escassez de recursos na área exigem maior racionalização dos programas, projetos e ações, interferindo no alcance e no enfrentamento da vulnerabilidade educacional.

Tendo em vista a (perversa e cruel) tendência de restrição de direitos, imposta pelos Estados

nacionais, cada vez mais conservadores e liberais, essa lógica, já percebida desde a década de 1990, amenizada na década de 2000, é retomada com intensidade na atualidade. A seletividade, associada à focalização, assegura acesso apenas aos comprovadamente mais pobres, limitando/restringindo seu alcance. Desse modo, vulgarmente falando, cabe às equipes selecionar o mais pobre entre os pobres. Esse dilema não acontece de maneira inócua, sendo acompanhado de conflitos éticos, políticos e técnicos, mas que ultrapassam as possibilidades de 'escolhas' dos profissionais.

Sendo assim, a busca por qualificar metodologicamente as políticas educacionais afetadas à vulnerabilidade acadêmica são permeadas por esse "pano de fundo" conceitual, ideológico, político, econômico, institucional e técnico-operativo.

Considerações finais

Fundamentada na concepção de pobreza e desigualdade social, a expansão semântica do termo, que vem metamorfoseando-se para vulnerabilidade social, compreende um território epistemológico "elástico e alargado". O marco conceitual sobre vulnerabilidade serve de referência para a construção de suas categorias analíticas, a partir da produção de uma nova estrutura de significados (considerando seu fundamento nas relações sociais e econômicas vigentes), na identificação das formas específicas nas quais se manifesta (observando a multidimensionalidade) e, sobretudo, na resignificação do potencial da dimensão interventiva.

É necessário reconhecer os mecanismos econômicos e políticos que produzem tais condições; todavia, é fundamental identificar também os limites estruturais para superação da produção da desigualdade e da vulnerabilidade no atual estágio de desenvolvimento da sociedade. A injustiça social manifesta-se, entre outros, na falta de acesso, ou no acesso seletivo a bens e serviços essenciais ao pleno desenvolvimento humano, e não apenas ao desenvolvimento de suas capacidades laborativas e reprodutivas. Nessa linha de análise, evidencia-se a importância de sustentar o foco nos direitos sociais, pois a face

atual do capital tem revigorado dispositivos de produção e reprodução de pobreza, desigualdade e vulnerabilidade, com a austeridade de políticas que reduzem ou cortam os direitos sociais.

Conceituando a vulnerabilidade em âmbito educacional, em síntese, refere-se à questão do acesso às políticas educacionais nas instituições educacionais, em seus diferentes níveis. A perspectiva de vulnerabilidade acadêmica limita-se à vida e às instituições próprias do ensino superior. Compreende a ausência de condições que possibilitem o acesso e a permanência, visando à conclusão de curso, sendo resultado de múltiplos fatores que incluem os individuais/pessoais, porém, não se limitando a eles. A vulnerabilidade acadêmica é, substancialmente, decorrente da ausência de condições estruturais, econômicas, sociais, institucionais e acadêmico/pedagógicas. Nesse sentido, reforça-se, aqui, a importância do papel protagonista do Estado na promoção de condições estruturais e objetivas.

Desse modo, qualificar e quantificar, na medida do possível, as dificuldades/fatores, que incidem em maior ou menor grau na permanência acadêmica, tem se tornado cada vez mais importante à implementação das políticas, programas e projetos relativos ao ensino superior.

As possibilidades de amenizar ou reduzir fenômenos, como pobreza, desigualdade social, vulnerabilidade social e, em última instância, vulnerabilidade acadêmica, têm como condição o reconhecimento, a afirmação e a luta pela ampliação dos direitos sociais, pois, na cena contemporânea, os dispositivos de produção e reprodução desses fenômenos se processam exatamente mediante a redução e o recorte dos direitos sociais.

As situações de vulnerabilidade, seja em âmbito social, ou educacional decorrem da perpetuação da formação social e econômica. Isto posto, cabe ressaltar que os limites da dimensão interventiva não resultam da mera implementação ou da fragilidade dos meios técnicos e operativos, por mais excepcionais que sejam as formas de instrumentalização das políticas sociais. O limite reside precipuamente no modo de produção e sociabilidade vigente, o qual provoca um cará-

ter antidemocrático, desumano e bárbaro das condições materiais necessárias à vida humana.

Contudo, se, por um lado, a superação dessa formação social não está visível no horizonte temporal, as respostas democráticas e humanistas impõem determinados limites à expansão dessas vulnerabilidades. Desse modo, os limites dos processos interventivos precisam ser evidenciados, contudo, não invalidam ou deslegitimam os esforços e a importância dos meios e instrumentos técnicos, nem das ações que têm barrado esse processo. Qualquer possibilidade ou capacidade interventiva depende de um método que oriente a implantação de medidas (não perdendo de vista as estruturas sociais que as produzem/reproduzem), que possam ao menos mitigar/minimizar os mecanismos mais aviltantes e brutais da reprodução das desigualdades e injustiças sociais, compreendendo a pessoa humana, na sua complexidade (nas expressões das diferentes dimensões e não apenas na renda). Nesse contexto, compreendemos que é na ampliação dos serviços públicos e na garantia dos direitos sociais que se criam mecanismos que, ao menos, 'desbrutalizam' as expressões da vulnerabilidade nos seus diversos âmbitos.

Referências

CASTEL, Robert. **A Dinâmica dos processos de Marginalização**: Da Vulnerabilidade a "Desfiliação". Tradução Ida Maria Thereza S. Frank. [S. l.: s. n.], 1997. disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18664/12038>. Acesso em: 07 jan. 2020.

DIEESE. **Aspectos Conceituais da Vulnerabilidade Social**. Contrato SPPE- MTE/DIEESE/IE-UNICAMP-FUNCAMP. 2007. Disponível em: <https://docplayer.com.br/8044969-Aspectos-conceituais-da-vulnerabilidade-social-convenio-mte-dieese.html>. Acesso em: 13 ago. 2018.

KAZTMAN, Rubén. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. **Revista de la CEPAL**, Santiago do Chile, n.75, p.171-189, dez. 2001. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/10782>. Acesso em: 21 set. 2017. <https://doi.org/10.18356/16a0b21c-es>

KAZTMAN, Rubén (coord.). **Activos y estructura de oportunidades: estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay**. Uruguay: PNUD- Uruguay e CEPAL-Oficina de Montevideo, 1999b. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/28651>. Acesso em: 17 set. 2017.

MOSER, C. The asset vulnerability framework: reassessing urban poverty reduction strategies. **World Development**, [on line], [s. l.], v.26, n.1, p. 1-19, 1998. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0305750X97100158>. Acesso em: 07 de jan. 2020. [https://doi.org/10.1016/S0305-750X\(97\)10015-8](https://doi.org/10.1016/S0305-750X(97)10015-8)

NETTO, José. Paulo. Desigualdade, pobreza e serviço social. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 19, p.135-170, 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/download/190/213>. Acesso em: 07 de jan. 2020

SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Edit; São Paulo: Record, 2001.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

Juliana Palavezzini

Doutora em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), em Londrina, PR, Brasil. Assistente Social da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, campus Dois Vizinhos (UTFPR-DV), em Dois Vizinhos, PR, Brasil.

Jolinda de Moraes Alves

Doutora em História e Sociedade pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho, campus Assis/SP (UNESP/Assis/SP), em Assis, SP, Brasil. Docente e pesquisadora do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL), em Londrina, PR, Brasil. Bolsista Produtividade em Pesquisa CNPq.

Endereço para correspondência

Juliana Palavezzini

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Estrada Para Boa Esperança, KM 04, bloco A1, NU-APE-DEPED

85660000

Dois Vizinhos, PR, Brasil

Jolinda de Moraes Alves

Universidade Estadual de Londrina/ CESA (Centro de Ciências Sociais Aplicadas) Departamento de Serviço Social

Rodovia Celso Garcia Cid, PR-445, Km 380, Campus Universitário

Cx. Postal 10.011

86057970

Londrina, PR, Brasil